



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

26 de abril de 2018

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA aciona Justiça para sanar irregularidades no Conselho Municipal de Saúde de Vila Nova dos Martírios

O Ministério Público do Maranhão propôs uma Ação Civil Pública contra a União, o Estado do Maranhão e o Município de Vila Nova dos Martírios, no dia 19, junto ao Poder Judiciário Federal, pedindo tutela de urgência antecipada para sanar as irregularidades do Conselho Municipal de Saúde de Vila Nova dos Martírios em até 90 dias. A Ação foi elaborada pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Saúde, Newton Barros de Bello Neto.

A ACP é resultado de procedimento administra-

tivo instaurado pelo Ministério Público em 2015 para acompanhar a instalação e o funcionamento do Conselho no município, que deveriam seguir as medidas sugeridas na Recomendação expedida pelo MPMA ainda em 2014.

O Sistema Único de Saúde também realizou auditoria a pedido do MPMA para verificar o atendimento prestado pela Estratégia Saúde da Família, quantificação número de servidores, equipamentos, estrutura física disponível e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

A partir das informa-

ções coletadas pelo MPMA, constatou-se que o Conselho Municipal de Saúde não dispõe de estrutura administrativa adequada para funcionamento, regimento interno e que o Conselho não é paritário.

“Todos os 16 conselheiros nomeados são representantes do poder público. Isso desobedece o art. 3º da Lei Municipal nº 005/97, que determina a representação no Conselho de 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% do governo e prestadores de serviço”, destaca o promotor Newton Bello.

As investigações tam-

bém constataram que o conselho não se reúne regularmente, não fiscaliza os gastos com saúde pública, não delibera sobre destinação de recursos, orçamento de saúde, prestação de contas e não acompanha o Plano Municipal de Saúde.

DO PEDIDO - O Ministério Público do Maranhão pede que o Poder Judiciário Federal, após o deferimento de liminar, aplique multa diária de R\$10 mil, caso a União, o Estado do Maranhão ou o Município de Vila Nova dos Martírios não sanem as irregularidades no prazo de 90 dias.

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	(X) Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
(X) Extra	() Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Câmara faz acordo na Justiça e garante 1º concurso público do Legislativo

Uma audiência realizada nesta quarta-feira (25), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, resultou em acordo no qual a Câmara de Vereadores de São Luís comprometeu-se em realizar concurso público para provimentos de todos os cargos efetivos do órgão, devendo o Edital ser publicado até o próximo dia 25 de junho.

O acordo se deu em Ação

Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual, e aconteceu durante audiência de tentativa de conciliação da qual participaram representantes do MP, Câmara Municipal e Município de São Luís.

Segundo o acordo firmado, as provas do concurso público deverão acontecer até o próximo dia 26 de agosto; e o resultado final deverá ser homologado até o próximo dia

14 de dezembro.

O concurso público terá validade de um ano, prorrogável por igual período, devendo as nomeações acontecerem dentro do prazo de validade.

Para o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas Martins, o acordo representa um importante avanço para a sociedade maranhense, garantindo a realização do primeiro concurso público da

história da Câmara Municipal de São Luís. "Parabenizo os promotores de Justiça Lindonjonson Gonçalves e Cidinea pela propositura da ação, o Presidente da Câmara Municipal, vereador Astro de Ogum, por aceitar celebrar o acordo que corrigirá uma violação histórica à Constituição Federal, e o Procurador Alex Rahbani por uma atuação voltada ao interesse público", avaliou.

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
(x) Extra	() Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

JORNAL Extra

São Luís-MA, Quinta-feira, 26 de Abril de 2018 • Ano XIV • Número 2913 • Preço R\$ 2,00

Exatamente a verdade

ACORDO DE URSO

VEREADORES ACERTAM OS PONTEIROS E ELEIÇÃO É MANTIDA PARA 9 DE MAIO

O vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, o vereador Omar Filho (PDT) confirmou com um sorriso de orelha...

...e o vereador Omar Filho (PDT) confirmou com um sorriso de orelha a notícia que finalmente chegaram a um consenso entre o seu grupo e o do presidente Astro de Ogum (PR) para que a eleição da Mesa Diretora da Casa, biênio 2019/20, seja realizada no próximo dia 09 de maio. Página 3



Motoqueiro morre em grave acidente de trânsito na Estrada do Araçagy

O jovem identificado como Israel de Jesus Lopes Melo (25 anos), morreu após um veículo Sander, de cor vermelha, ter colidido com a motocicleta em que ele pilotava. O caso ocorreu por volta das 07h40, da manhã, na Estrada do Araçagy, no sentido Olho d'Água, em São José de Ribamar.

PÁGINA 7

Esporte

Palmeiras entrega pedido de impugnação do segundo jogo da final do Paulistão

PÁGINA 4



Portela diz que responsáveis por documento de "Arapongagem" serão punidos nos rigores da Lei

PÁGINA 2

PCdoB lança pré-candidatura de Duarte Jr. a deputado estadual, neste sábado (28)

PÁGINA 5

Hildo diz que espionagem não é novidade no governo de Flávio Dino

PÁGINA 2

Conselheiro de Waldir Maranhão é preso na operação Lava Jato

PÁGINA 3

Vereador Estevão Aragão pede a cabeça do secretário de Segurança

PÁGINA 3

DE OLHO NA RUA

Barnabés da Câmara preocupados com a realização do Concurso

PÁGINA 3

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA <u>26</u> / 04 / 2018 Página		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Vereador denuncia
truculência do
secretário de
Segurança e pede
sua saída do cargo



**Estevão Aragão diz que
Secretário Jefferson
Portela não tem
condições morais para
dirigir a segurança no MA**

Ao fazer pronunciamento na tribuna da Câmara Municipal, na manhã de terça-feira, (24), o vereador Estevão Aragão (PSDB) denunciou a forma truculenta como o secretário de Estado de Segurança, Jefferson Portela, se comportou durante o painel realizado pelo Legislativo, no último dia 18, para debater sobre o tema "Segurança é coisa séria", de autoria do presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), e pediu que o mesmo deixe o cargo, alegando que ele não tem condições morais para a função.

Após afirmar ter sido desrespeitado pelo secretário Jefferson Portela, que também destratou outros vereadores, o parlamentar social democrata disse não haver mais razão para o governador Flávio Dino manter em seu secretariado quem vem sendo acusado

de utilizar a pasta com abuso de autoridade, e com a finalidade de minar adversários políticos às vésperas das eleições de outubro próximo.

No entendimento do vereador do PSDB, "o secretário de Segurança Jefferson Portela não tem respeito nem pelos vereadores desta Casa. Se não tem por um vereador, que não é melhor que ninguém, mas representa a população desta cidade, não pode estar num cargo importante. Pra quem diz que o povo não sabe votar eu digo que sabe sim, pois Jefferson Portela já tentou ser vereador aqui e foi rejeitado nas urnas, não foi eleito".

Na sua fala, Estevão Aragão agradeceu a solidariedade aos demais colegas de parlamento, como os vereadores, Barbara Soeiro (PSC), Marquinhos (DEM), Osmar Filho (PDT), Marcial Lima (PRTB) e Beto Castro (PROS), este último, que também foi vítima da maneira desrespeitosa como foi tratado pelo secretário Jefferson Portela.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <u>26</u> / 04 / 2018	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Presos tentam fugir da cadeia de Centro Novo

Nessa quarta-feira (25), de acordo com informações da Delegacia Regional de Zé Doca, 22 presos tentaram escapar da cadeia no município de Centro Novo, no oeste do Maranhão. Segundo o delegado Jader Alves, os internos estavam reclamando da superlotação carcerária, com celas completamente preenchidas. Por este motivo, planejaram a fuga, que

não ocorreu. Jader, que é titular da Delegacia Regional de Zé Doca, comunicou que, após a tentativa de fuga, que resultou em danos no local, os policiais fizeram a transferência de alguns presos, que foram levados à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) da cidade. A fonte disse que apenas 14 internos ficaram na cadeia onde houve o princípio de motim. (NM)

Então eu, Daniel, olhei, e diante de mim estavam dois outros, um na margem de cá do rio e outro na margem de lá. Um deles disse ao homem vestido de linho, que estava acima das águas do rio: "Quanto tempo decorrerá antes de se cumprirem essas coisas estupendas?"

O homem vestido de linho, que estava acima das águas do rio, ergueu para o céu a mão direita e a mão esquerda, e eu o ouvi jurar por aquele que vive para sempre, dizendo: "Haverá um tempo, tempos e meio tempo. Quando o poder do povo santo for finalmente quebrado, todas essas coisas se cumprirão".

Daniel 12:5-7

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 26 / 04 / 2018	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matões A pedido do MPMA, réu é condenado a pena de prisão

O Tribunal do Júri da Comarca de Matões reuniu-se no dia 18 de abril para a realização do julgamento de Francisco Hernandez de Carvalho Oliveira, condenado a nove anos e 26 dias de reclusão. Atuou no júri a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira. A sentença foi assinada pelo juiz Marco Aurélio Veloso de Oliveira Silva.

O júri foi relativo ao crime ocorrido em 14 de janeiro de 2009, por volta das 19h, quando Francisco Hernandez de Carvalho Oliveira, conhecido por "Painho", matou Alan Charles Carvalho de Moura com um tiro de espingarda. O crime ocorreu no Povoado Santa Luzia, zona rural de Matões. De acordo com a Denúncia, proposta pelo promotor de justiça Wladimir Soares de Oliveira, o crime foi motivado por vingança, devido a desavenças anteriores entre o assassino e a vítima. Nesse caso, foram reconhecidas as qualificadoras de motivo torpe e o fato do crime ser praticado de forma que impediu a defesa da vítima. Por outro lado, Painho confessou o crime, o que levou à redução de sua pena. A prisão deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado, na Unidade Prisional Regional de Timon.

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	(X) Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

PEC sobre limites do TCE pode ser votada na próxima semana

Liderando um grupo de prefeitos, o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e prefeito de Tuntum, Cleomar Tema, esteve reunido, nesta quarta-feira (25), com os deputados Fábio Macedo (PDT), vice-presidente da Assembleia Legislativa; Antonio Pereira (DEM), Júnior Verde (PRB), Paulo Neto (DEM) e Ana do Gás (PCdoB). Os gestores municipais foram cobrar dos parlamentares celeridade na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita a competência do Tribunal de Contas do Estado.

Pela conversação entre os prefeitos e os parlamentares, existe a probabilidade de que a matéria possa ser colocada em pauta para ser votada no próximo dia 3 de maio, conforme destacaram Fábio Macedo, Júnior Verde e Antonio Pereira.

A PEC, que ficou conhecida como PEC da Famem, uma vez que foi uma solicitação dos gestores maranhenses, é de autoria do deputado estadual Júnior Verde e que, na prática, torna sem efeito Instrução Normativa, aprovada pela Corte de Contas em janeiro, que impõem as prefeituras restrições no que diz respeito ao custeio de festividades realizadas pelo poder executivo municipal.

A Instrução Normativa do TCE considera ilegítimas para os fins do artigo 70 da Constituição Federal qualquer despesa custeada com recursos públicos municipais – inclusive aqueles decorrentes de contrapartida em convênio – com eventos festivos quando o município estiver em atraso com o pagamento da folha salarial (incluindo terceirizados, temporários e comissionados); ou em estado de emergência ou de calamidade pública.

Por conta da decisão do TCE, festas carnavalescas em alguns municípios foram canceladas, uma vez que os servidores públicos municipais estavam com os

salários atrasados.

A PEC foi aprovada em primeiro turno no último dia 3, contra apenas o voto do deputado Wellington do Curso (PP). A aprovação seu deu por 25 votos, três abstenções e um voto contrário. De acordo com o presidente da Famem, a falta de aprovação em definitivo da referida PEC tem provocado dissabores, uma vez que a liberação dos recursos por parte da Secretaria de Cultura do Estado para cobrir despesas com o Carnaval está inviabilizada.

Fábio Macedo destacou que vai conversar com o presidente Othelino Neto (PCdoB), no sentido de se buscar alternativas que possibilitem a referida votação possivelmente no próximo dia 3 de maio. Tanto Fábio Macedo como Antonio Pereira e Júnior Verde destacaram ser justa a mobilização dos prefeitos.

Participaram da reunião com os deputados, além do presidente Cleomar Tema, os prefeitos Juran Carvalho (Presidente Dutra); Dulkce Maciel (Satubinha); Daluz (Governador Eugênio de Barros); Vianey Bringel (Santa Inês); Antonio Borba (Timbiras); Conceição (São Vicente de Férrer); Valmira Miranda (Colinas); Romildo do Hospital (Tutoia); Rodrigo Oliveira (Olho D'Água das Cunhãs); Fernando Coelho (Bom Jesus Das Selvas); Ilvana Pinho (Presidente Médici); Roberto Maués (Paulino Neves); Alberto Rocha (Santa Quitéria); Dário Sampaio (Senador La Rocque); Didima Coelho (Vitória do Mearim); Antonio Filho (Junco do Maranhão); George Luis (Primeira Cruz); Toinho Patioba (Gonçalves Dias) e Josimar da Serraria (Governador Nunes Freire), além do diretor administrativo da Famem, Gildásio Ângelo, do diretor executivo da entidade e secretário adjunto de Estado da Articulação Política, Geraldo Nascimento, e o coordenador jurídico Ilan Kelson.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Usos e abusos de Dino

O deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB) é a mais nova vítima da fúria comunista a qualquer um que ouse questionar os métodos e ações do chefão Flávio Dino e seus auxiliares mais próximos. Cutrim, um especialista em Segurança, tem criticado a atuação do titular da pasta, Jefferson Portela. Bastou isso para que a mídia alugada pelo Palácio dos Leões passasse a tratá-lo com os mais absurdos impropérios.

E pensar que Cutrim se filiou ao PCdoB ainda nas eleições de 2014, tendo a ficha homologada pelo próprio Flávio Dino. E pensar que, até pouco tempo atrás, Cutrim era visto como exemplo de coragem, tanto pela cúpula comunista quanto pela mídia patrocinada pelo Palácio dos Leões.

O deputado do PCdoB não é o único a ser usado por Flávio Dino – usado e abusado, melhor dizendo – e depois descartado como “chupa de laranja”. Um exemplo recente foi vivido pelo deputado federal Waldir Maranhão (agora no PSDB).

Maranhão se expôs ao ridículo nacionalmente, ao tentar anular, por decreto, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), sob a orientação de Flávio Dino. Em troca, esperava reconhecimento do chefão comunista. Esperou por mais de dois anos um gesto de agradecimento, que nunca veio. Agora, o parlamentar é tratado como descartado.

Até o ex-governador José Reinaldo Tavares (PSDB) foi usado e abusado por Dino e descartado quando o comunista entendeu não servir mais aos seus planos.

É bom que neodinistas que ora se apresentam ponham as barbas de molho com o uso e abuso de aliados pelo comunista. Eles podem ser os próximos a ser descartados.

Deputado Cutrim não é o único a ser usado e abusado, e depois descartado, por Flávio Dino

Desequilibrados

Figuras de proa do comunismo maranhense, como os secretários Jefferson Portela e Carlos Lula, além do ex-secretário Márcio Jerry, andam com os nervos à flor da pele.

Encurralados com denúncias de corrupção, ações criminosas com selo governamental e abuso de poder, eles usam a tática do bateu-levou para o embate com imprensa e oposição.

Esquecem, no entanto, que o nível de nervosismo só revela o tamanho do problema que enfrentam no dia a dia.

Nacionalizado

O próprio governador Flávio Dino – que nunca foi um exemplo de equilíbrio no debate público – também mostra-se perdido em meio à sequência de denúncias contra seu governo.

Dino achou que, por pagar cerca de R\$ 8 milhões anuais a uma empresa do jornalista Ricardo Noblat, estaria livre da investigação nacional na mídia.

E foi pego de calças curtas diante de denúncia do uso da PM como espião de adversários e manipulação de depoimentos para incriminar autoridades.

Outros nomes

Lideranças do PT, do DEM e do PSB já atuam de forma mais intensa para indicar o companheiro de chapa do governador Flávio Dino.

Para estes partidos, o atual vice, Carlos Brandão, está descartado pelo simples fato de que poderá deixar a chapa dinista sub-judice.

Brandão protagonizou ações como governador após o dia 7 de abril, o que o tornou inelegível para o mandato de vice nestas eleições.

Mais um

Repercutiu muito mal para a Secretaria de Segurança a suposta tentativa de envolver o nome do delegado de Polícia Civil, Ney Anderson, no caso da Máfia do Contrabando.

Com histórico de conduta ilibada, o delegado estaria sendo alvo de retaliação por ser desafeto da cúpula da Segurança. Pelo menos foi o que deu a atender o soldado Fernando Paiva Moraes Júnior, que, em depoimento, afirmou ter sido coagido a envolver o delegado no crime de contrabando.

Para quem observa o caso e conhece a conduta do delegado, há indícios de que seja mais um exemplo de perseguição do governo comunista.

Enganados

Prefeitos maranhenses articulados pela Famem passaram a manhã de ontem em visita aos gabinetes de deputados estaduais na Assembleia.

A direção da Casa havia prometido para ontem a votação da PEC que altera as atribuições do TCE, mas os deputados que articulam o projeto foram todos para Brasília.

Os prefeitos desconfiam que os parlamentares estão dando para trás na votação da emenda, de autoria de Júnior Verde (PRB).

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cutrim pressiona governo por queda de Jefferson Portela

Deputado afirma que secretário não tem mais condições morais de se sustentar no cargo e cobra instalação de CPI para apurar as denúncias

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política



Divulgação

O deputado governista Raimundo Cutrim, filiado ao mesmo partido do governador Flávio Dino, o PCdoB, tem pressionado o governo pela queda do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela. Cutrim afirmou ontem na tribuna da Assembleia Legislativa que o titular da SSP não tem condição moral de continuar no cargo.

Ele citou a denúncia de um policial militar que afirmou ter sido coagido por Portela para incluir o nome do parlamentar entre os integrantes de uma quadrilha de contrabando desbaratada no mês de fevereiro em São Luís. E o escândalo nacional da "espionagem", revelado por O Estado, em que pelo menos três documentos do Comando de Policiamento do Interior determinam o monitoramento de políticos que fazem oposição a Dino em todo o estado.

Cutrim quer a demissão sumária de Jefferson Portela

De acordo com Cutrim, a decisão da Procuradoria-Geral da República (PGR) de analisar o pedido de intervenção federal formalizado por 10 partidos políticos, após a denúncia da espionagem, por si só, já compromete a manutenção de Portela no cargo.

"Isto não é uma questão pessoal. É uma questão de preocupação pública. Mais de 10 partidos e a sociedade organizada pedem a intervenção federal no estado, na Segurança Pública. Há um clamor de preocupação em relação ao pleito eleitoral que se aproxima. [...] Questiono, senhor presidente, senhores deputados, galeria, imprensa, se tem condição de permanência no cargo o atual secretário. Tem a condição de imparcialidade administrativa dos conflitos, dos interesses contrariados de nossa gente? Não tem", disse.

Cutrim também defendeu a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a apuração da denúncia do PM Fernando Paiva Moraes Júnior, sobre a tentativa de inclusão do parlamentar no esquema criminoso do contrabando.

"Um secretário de Segurança sério, equilibrado e isento não comandaria uma investigação forçada, forjada para atingir os seus desafe-

SAIBA MAIS

Sousa Neto quer duas CPIs na AL

O deputado Sousa Neto (PRP) recolhe assinaturas para duas CPIs na Assembleia. Uma trata da apuração do memorando da PM que determinou o monitoramento de adversários de Flávio Dino. A segunda, da denúncia em desfavor de Jefferson Portela.

tos. Portanto, o que questiono? Deve permanecer no cargo? O poder de polícia não é poder. O poder de polícia deve ser administrado com compromisso, com profissionalismo, com pulso. Há nesta Casa um pedido de CPI, e creio na sua aprovação. A Assembleia não pode compartilhar com esse desmando. O Governo do Estado não pode se isentar de providências para uma questão tão séria", completou.

Cutrim também chamou Jefferson Portela de "perigoso". "Ele é perigoso. Um secretário psicopata. Ele é psicopata", disse, na tribuna do Legislativo. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 26 / 04 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Procuradoria Eleitoral recolhe informações sobre espionagem

Dados cobrados pelos procuradores já estão sendo encaminhados pelo governo comunista, segundo informou o próprio secretário de Segurança, Jefferson Portela

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, informou ontem, durante coletiva de imprensa, que o governo já começou a prestar esclarecimentos à Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) do Maranhão – órgão do Ministério Público Federal (MPF) com atuação nas eleições – no processo aberto pelo procurador Pedro Henrique Castelo Branco para apurar o possível uso da Polícia Militar na identificação e cadastro de lideranças de oposição que pudessem “causar embaraços” ao pleito deste ano.

“Encaminhei expediente ao senhor procurador regional eleitoral, dizendo: o documento partiu desta unidade, foi assinado por esta pessoa e o do interior assinado por essa outra pessoa. Informe-me isso de imediato, que era nosso dever, porque nós consideramos um ato ilegal, passível de apuração tanto na esfera federal quanto do ponto de vista interno”, declarou.

O titular da SSP garantiu que, mesmo tendo sido anuladas apenas 13 dias após sua edição, as ordens de “fichamento” não chegaram a produzir efeitos. “As primeiras informações dão conta de que, apesar de o documento estar datado do dia 6 [de abril], eles começaram a chegar para o interior do estado no



Jefferson Portela deu entrevista ao lado dos comandantes da polícia, que dizem não saber da Circular

INVESTIGAÇÃO

MPE: circular não apresenta justificativa

Ao abrir um procedimento para apurar o uso da PMMA em espionagem, o procurador regional eleitoral, Pedro Henrique Castelo Branco, destacou que o documento que deu origem às ordens “não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da

necessidade do levantamento eleitoral” solicitado e não observa direitos fundamentais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil, que garantem a liberdade de manifestação e de expressão, bem como o livre exercício da convicção política”.

dia 19 [de abril]. Nesse meio tem-

Atos isolados

Deputada quer convocação de secretário pela Assembleia

A deputada estadual Andrea Murad (PRP) usou a tribuna da Assembleia, ontem, para comentar o caso de uso da PMMA em espionagem a adversários do governador Flávio Dino (PCdoB). Para ela, a reação do comunista aos pedidos de intervenção federal na Segurança do Maranhão

para o dia 10 [de abril]. Ficaria difícil para eles cumprirem isso. Então, não houve resposta, até esse momento aqui, de modo oficial, na sindicância”, destacou.

Segundo ele, o documento revelado por O Estado no dia 20 de abril era já uma reiteração do pedido de fichamento, porque os comandos do interior ainda não haviam conseguido cumprir o prazo inicial.

“Foi um e-mail do dia 19 [de abril]. Esse e-mail foi o que os senhores todos e a sociedade e nós tomamos conhecimento sobre o conteúdo desse documento. Esse e-mail foi resumido só com dois pontos e lá em Barra do Corda foi reproduzido para repasse às unidades do comando do coronel [Antonio] Markus. Então,

documentos, foi reiterado dia 19 [de abril], no dia 19 houve a intervenção do Comando da Polícia Militar, com aquela nota dizendo que aquilo era ilegal e a suspensão geral de qualquer ato

Jefferson diz que documentos não produziram efeitos

referente a ele no dia 20 [de abril], tornando nulo aquele documento. Até agora, nenhum informe de que se produziu qualquer coisa porque chegou no dia 9 para prazo fatal no dia 10, daí a reiteração de um e-mail no dia 19”, completou.

entrevista que a decisão de enviar as ordens para o interior partiu de um ato isolado do tenente-coronel Emerson Farias, chefe do Estado Maior do Comando de Policiamento do Interior. Foi ele quem assinou o Memorando Circular nº 098/2018, de 6 de abril, que dá origem a todos os demais documentos solicitando informações sobre adversários do governo.

O titular da SSP contudo, não explicou como pode ter certeza disso, já que o oficial ainda não foi ouvido na sindicância aberta para apurar o caso.

“O coronel Emerson será ouvido amanhã [hoje] na sindicância. O comando da PM entendeu por bem ouvir os que receberam o documento no interior do estado, para saber a extensão do que houve”, declarou.

de ficar sem a ‘polícia política’ e se beneficiar nas eleições 2018”. Para parlamentar, o governador é quem teme a presença do Exército no pleito para impedir abusos, segundo ela, praticados desde 2016.

“Ora, se partiu do governador Flávio Dino o uso da estrutura policial para espionar, monitorar os adversários políticos no interior, quem é que quer ganhar no tapetão?”, discursou a deputada.

Andrea pediu que os deputados aprovassem a convocação do secretário Jefferson Portela para prestar esclarecimentos sobre a circular do Comando da PM e ainda sobre a denúncia de que teria coagido policial para incriminar outro parlamentar no caso de contrabando. “É fato que a Assembleia tem de investigar todos esses casos”, pregou Andrea. ●